



Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

Ao

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ref.: **Data Base - Dezembro/2022**

Prezados Senhores,

Em conformidade com as disposições do artigo 45 da Resolução BCB nº 2/2022, onde dispõe sobre a remessa das demonstrações financeiras, estamos encaminhando os seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração
- b) Relatório do Auditor Independente;
- c) Balanço Patrimonial/Consolidado Prudencial;
- d) Demonstrações dos Resultados dos exercícios;
- e) Demonstrações dos resultados abrangentes;
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- h) Notas Explicativas.

Também, registramos que as demonstrações financeiras foram divulgadas no sítio eletrônico da instituição, BANCO CLÁSSICO S.A.: www.bancoclassico.com.br

Declaramos para os devidos fins que os documentos aqui apresentados correspondem às movimentações financeiras no período.

Atenciosamente,

Banco Clássico S.A.

Demonstrações Contábeis

BANCO CLÁSSICO S.A.

CNPJ: 31.597.552/0001-52

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente.

BANCO CLÁSSICO S.A.

Avenida Presidente Vargas, nº 463 – 13º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ
CNPJ Nº 31.597.552/0001-52

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Índice

| | |
|--|-------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório do auditor independente | 4-8 |
| Balço patrimonial..... | 9 |
| Demonstrações dos resultados dos exercícios | 10 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes..... | 11 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 12 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 13 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis..... | 14-27 |

Relatório da Administração

2º Semestre – 2022

O Banco Clássico S.A. apresentou resultados POSITIVOS, prosseguindo na estratégia de investimentos no setor de infraestrutura do País, particularmente nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás.

Anualmente, a estratégia da Organização é revisada com a finalidade de ajustar o posicionamento quanto necessário e corrigir eventuais desvios de rota preestabelecida.

Concluimos, mais um ciclo pautado no Código de Ética da Organização que buscamos sempre assegurar balanço sólido e rentabilidade consistente, proporcionando agregar valor ao capital, bem como contribuindo para o desenvolvimento sustentável nos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

Diretoria

| | |
|-----------------------------|-------------------------|
| José João Abdalla Filho | Diretor Presidente |
| Raquel da Fonseca Cantarino | Diretor Vice Presidente |
| Manoel Eduardo Lima Lopes | Diretor |
| Ronaldo Dias | Diretor |

Contador

| | |
|-------------------------|---------------|
| Ricardo Rodrigues Fraga | CRC 072358/RJ |
|-------------------------|---------------|

Auditor Interno

| | |
|-------------------------------|---------------|
| Jorge Miguel de Bessa Menezes | CRC 079834/RJ |
|-------------------------------|---------------|



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
BANCO CLÁSSICO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Clássico S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Clássico S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos financeiros

O Banco Clássico S.A. possui investimentos em cotas de fundos de investimento, cuja mensuração ao valor justo se dá pela atualização dos valores das cotas dos fundos investidos divulgadas pelos respectivos administradores. Esses fundos investem substancialmente em ativos financeiros mensurados ao valor justo em função do valor de mercado que compõem a sua carteira de ativos. Devido à relevância desses investimentos em relação ao patrimônio líquido do Banco, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos julgados necessários às circunstâncias:

- Obtivemos a confirmação da quantidade cotas de fundos detidas pelo Banco;
- Recalculamos a valorização das aplicações nos fundos investidos, com base nas cotas divulgadas pelos respectivos administradores;
- Obtivemos as carteiras de investimento dos fundos investidos na data-base na nossa auditoria e avaliamos, de acordo com a composição e perfil de risco dos investimentos, se os valores das cotas divulgadas representam adequadamente os seus valores justos; e
- Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto evidenciadas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis editadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- f) Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras do Banco e suas controladas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas



AUDIPEC – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.

Praça Tiradentes, nº 10 – 10º andar s/1001-2 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

CEP.: 20.060-070 – Telefax.: 2252.2160, 2252.2169 e 2253.8953

Site: www.audipecauditoria.com.br / E-mail: audipec@audipecauditoria.com.br

de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S.
CRC RJ-Nº 0202


THIAGO BARROS GIRÁLDEZ
- Contador CRC-RJ Nº 110.524/O-8 -

**BANCO CLÁSSICO S/A**
CNPJ: 31.597.552/0001-52**BALANÇO PATRIMONIAL**
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

R\$ Mil

| | Nota | Exercício 2022 | Exercício 2021 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 21.285.789 | 15.483.137 |
| DISPONIBILIDADES | <u>6</u> | 395 | 444 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | | 2.543.727 | 1.530.359 |
| Aplicações no Mercado Aberto | <u>7</u> | 2.543.727 | 1.530.359 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUM. FINANCEIROS DERIVATIVOS | | 18.741.662 | 13.952.329 |
| Carteira Própria | <u>8</u> | 18.715.890 | 13.926.196 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | <u>8.a</u> | 25.772 | 26.133 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | | 5 | 5 |
| Depósitos no Banco Central | <u>9</u> | 5 | 5 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 569.755 | 454.105 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | | |
| OUTROS CRÉDITOS | | 229.439 | 113.733 |
| Rendas a Receber | <u>11</u> | 119.236 | 5.029 |
| Diversos | <u>11.a</u> | 110.203 | 108.704 |
| INVESTIMENTOS | <u>12.a</u> | 339.712 | 339.879 |
| Outros Investimentos | | 339.712 | 339.879 |
| IMOBILIZADO DE USO | <u>12.b</u> | 604 | 493 |
| Imóveis de Uso | | 810 | 670 |
| Outras Imobilizações de Uso | | 180 | 180 |
| (Depreciações Acumuladas) (-) | | (386) | (357) |
| TOTAL DO ATIVO | | 21.855.544 | 15.937.242 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 9.086.407 | 5.966.193 |
| DEPÓSITOS | <u>14</u> | 171 | 159 |
| Depósitos à Vista | | 171 | 159 |
| CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO | <u>15</u> | 2.516.288 | 1.496.342 |
| Carteira de Terceiros | | 2.516.288 | 1.496.342 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | <u>16</u> | 6.569.948 | 4.469.692 |
| Fiscais e Previdenciárias | | 6.569.919 | 4.469.662 |
| Diversas | | 29 | 30 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 8.500 | 7.650 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | <u>16</u> | 8.500 | 7.650 |
| Sociais e Estatutárias | | 8.500 | 7.650 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | <u>22</u> | 12.760.637 | 9.963.399 |
| Capital | | 4.458.035 | 4.318.968 |
| De Domiciliados no País | | 4.458.035 | 4.318.968 |
| Reservas de Lucros | | 328.978 | 238.032 |
| Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos | | 7.973.624 | 5.406.399 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 21.855.544 | 15.937.242 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO 2º SEMESTRE DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

| | | | R\$ Mil | |
|--|-----------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Nota | 2º SEMESTRE 2022 | EXERCÍCIO 2022 | EXERCÍCIO 2021 |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 17 | 122.419 | 208.225 | 60.362 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | | 122.419 | 208.225 | 60.362 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 17 | (124.129) | (205.885) | (46.770) |
| Operações de Captação no Mercado | | (124.129) | (205.885) | (46.770) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | (1.710) | 2.340 | 13.592 |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | | 117.672 | 230.721 | 135.349 |
| Receitas de Prestação de Serviços | 17 | 124 | 238 | 208 |
| Despesas de Pessoal | 18 | (664) | (1.215) | (1.053) |
| Outras Despesas Administrativas | 19 | (3.057) | (6.519) | (5.591) |
| Despesas Tributárias | 19 | (270) | (525) | (790) |
| Outras Receitas Operacionais | 17 | 123.278 | 240.481 | 142.575 |
| Outras Despesas Operacionais | | (1.739) | (1.739) | - |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 115.962 | 233.061 | 148.941 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | | - | - | (101) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES | | 115.962 | 233.061 | 148.840 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 20 | (698) | (698) | (1.090) |
| Provisão para Imposto de Renda | | (368) | (368) | (533) |
| Provisão para Contribuição Social | | (330) | (330) | (557) |
| LUCRO LÍQUIDO | | 115.264 | 232.363 | 147.750 |
| JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO | | - | - | - |
| RESULTADO LÍQUIDO APÓS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO | | 115.264 | 232.363 | 147.750 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
CNPJ: 31.597.552/0001-52**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
DO 2º SEMESTRE DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

| | 2º SEMESTRE DE | EXERCÍCIO | R\$ Mil |
|---|-----------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2022 | EXERCÍCIO |
| | | | 2021 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 115.264 | 232.363 | 147.750 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | 870.998 | 2.557.225 | 340.551 |
| Resultado no ajuste de Títulos Disponíveis para Venda | 880.998 | 2.567.225 | 352.051 |
| Juros sobre o Capital Próprio | (10.000) | (10.000) | (11.500) |
| RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO | 986.262 | 2.789.588 | 488.301 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CLÁSSICO S/A
 CNPJ: 31.597.552/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO 2º SEMESTRE DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

| | | R\$ Mil | | | | | | |
|---|-------------------|------------------|--------------------|----------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| | | Capital Social | Aumento de Capital | Reserva Legal | Reserva de Retenção de Lucros | Títulos Disponíveis para Venda | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Total |
| SALDO EM | 30/06/2022 | 4.326.618 | - | 112.470 | 242.661 | 7.092.626 | - | 11.774.375 |
| AUMENTO DE CAPITAL | | 131.417 | - | - | (131.417) | - | - | - |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL | | - | - | 5.062 | - | - | (5.062) | - |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS | | - | - | - | 100.202 | - | (100.202) | - |
| VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA | | - | - | - | - | 880.998 | - | 880.998 |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | | - | - | - | - | - | 115.264 | 115.264 |
| CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR | | - | - | - | - | - | (10.000) | (10.000) |
| SALDO EM | 31/12/2022 | 4.458.035 | - | 117.532 | 211.446 | 7.973.624 | - | 12.760.637 |
| MUTAÇÃO DO PERÍODO | | 131.417 | - | 5.062 | (31.215) | 880.998 | - | 986.262 |
| SALDO EM | 31/12/2021 | 4.318.968 | - | 106.615 | 131.417 | 5.406.399 | - | 9.963.399 |
| AUMENTO DE CAPITAL | | 139.067 | - | - | (131.417) | - | - | 7.650 |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL | | - | - | 10.917 | - | - | (10.917) | - |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS | | - | - | - | 211.446 | - | (211.446) | - |
| VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA | | - | - | - | - | 2.567.225 | - | 2.567.225 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | - | - | - | - | - | 232.363 | 232.363 |
| CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR | | - | - | - | - | - | (10.000) | (10.000) |
| SALDO EM | 31/12/2022 | 4.458.035 | - | 117.532 | 211.446 | 7.973.624 | - | 12.760.637 |
| MUTAÇÃO DO PERÍODO | | 139.067 | - | 10.917 | 80.029 | 2.567.225 | - | 2.797.238 |
| SALDO EM | 31/12/2020 | 3.737.052 | 90.000 | 99.699 | 117.420 | 4.306.574 | - | 8.350.745 |
| AUMENTO DE CAPITAL | | 581.916 | (90.000) | - | (117.420) | - | - | 374.496 |
| AJUSTE REFERENTE PERÍODO ANTERIOR | | - | - | - | - | - | (417) | (417) |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LEGAL | | - | - | 6.916 | - | - | (6.916) | - |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LUCROS | | - | - | - | 131.417 | - | (131.417) | - |
| VARIAÇÃO EM TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA | | - | - | - | - | 1.099.825 | - | 1.099.825 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | - | - | - | - | - | 147.750 | 147.750 |
| CONSTITUIÇÃO DE JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR | | - | - | - | - | - | (9.000) | (9.000) |
| SALDO EM | 31/12/2021 | 4.318.968 | - | 106.615 | 131.417 | 5.406.399 | - | 9.963.399 |
| MUTAÇÃO DO PERÍODO | | 581.916 | (90.000) | 6.916 | 13.997 | 1.099.825 | - | 1.612.654 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DO 2º SEMESTRE DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021
R\$ Mil

| DISCRIMINAÇÃO | 2º SEMESTRE DE | | 2021 |
|--|----------------|----------------|------------------|
| | 2022 | 2022 | |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | 115.264 | 232.363 | 147.750 |
| MAIS: DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO | 8 | 29 | 45 |
| VARIAÇÃO DE AJUSTES PATRIMONIAIS | 880.998 | 2.567.225 | 1.099.825 |
| OUTROS AJUSTES | - | - | (417) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | (941.021) | (1.013.368) | (92.459) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM TÍTULOS E VAL. MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANCEIROS DERIVATIVOS | (1.705.913) | (4.789.333) | (2.686.888) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | - | - | (4) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS | (66.527) | (115.706) | 130.855 |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM DEPÓSITOS A VISTA | (839) | 12 | (155) |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 995.708 | 1.019.946 | 138.182 |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS | 721.581 | 2.100.257 | 899.269 |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES | - | - | - |
| AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES | (1) | (1) | (4) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (742) | 1.424 | (364.001) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| BAIXA DE DE INVESTIMENTOS | 167 | 167 | 814 |
| PAGAMENTO PELA COMPRA DE IMOBILIZADO | - | (140) | (85) |
| CAIXA LÍQ. GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | 167 | 27 | 729 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO | (10.000) | (10.000) | (11.125) |
| PROVISÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOB CAPITAL PRÓPRIO | 8.500 | 8.500 | - |
| AUMENTO DE CAPITAL | - | - | 374.496 |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (1.500) | (1.500) | 363.371 |
| AUMENTO/ REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES | (2.075) | (49) | 99 |
| MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA: | | | |
| DISPONIBILIDADES | | | |
| INÍCIO DO PERÍODO | 2.470 | 444 | 345 |
| FIM DO PERÍODO | 395 | 395 | 444 |
| AUMENTO OU REDUÇÃO | (2.075) | (49) | 99 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 34 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil – BACEN, de acordo com a Resolução nº 4.818 de 29/5/2020, Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Foram adotados, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e BACEN, quais sejam:

- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.534/16 - Pronunciamento Técnico - Ativo Intangível (CPC 04);
- Resolução nº 4.535/16 - Pronunciamento Técnico – Ativo Imobilizado (CPC 27);
- Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2- Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras (CPC 3 R2, 5 R1, 24, e 41);
- Resolução CMN nº 4.877 e Resolução BCB nº 59 - Pronunciamento Técnico - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
- Resolução nº 4.877/20 - Dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas;
- Resolução nº 4.924/21 - princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis (CPC 00, CPC 01, CPC 23, CPC 46, CPC 47);
- Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

- a) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.
- b) Caixa e equivalente de caixa

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) inclui dinheiro em caixa, reservas livres, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento inferior ou igual a 90 dias no momento de sua aplicação.

- c) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido em contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

- d) Instrumentos financeiros – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, que estão sendo observados.
- e) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.
- f) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
- g) Permanente

Imobilizado de Uso – Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 ao semestre), ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação é calculada à alíquota de 20%, mas conforme Lei 14.446/22, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 os bancos vão pagar 21% de CSLL, retornando em janeiro de 2023 para a alíquota de 20%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

j) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

k) Em atendimento ao que determina a Resolução CMN 4.910/21, registra-se levantamentos efetuados pela RFB relativos a 7 processos sobre PIS/COFINS, cujo montante de principal é da ordem de R\$ 41.021 mil, para os quais o Banco obteve Decisão do STF que concedeu “Tutela de Urgência” suspendendo todos os Processos relativos a PIS/COFINS.

NOTA 4 - PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% da totalidade das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações** e 100% das cotas do **Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no Banclass e FIA Dinâmica estão classificados no ativo do Banco Clássico na rubrica “Fundos de Investimento” enquanto a Dinâmica Energia encontra-se classificado no ativo do FIA Dinâmica Energia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica “impostos diferidos” e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as disponibilidades são compostas em sua totalidade por caixa e depósitos em instituições bancárias com liquidez imediata:

| Títulos: | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|-----------------|----------------------------|----------------------------|
| Caixa | 115 | 195 |
| Reservas Livres | 280 | 249 |
| | | |
| Total | 395 | 444 |

NOTA 7 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em operações compromissadas conforme abaixo:

| Títulos: | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|-----------------|----------------------------|----------------------------|
| LTN | 1.991.633 | 1.530.359 |
| NTN | 552.094 | - |
| | | |
| Total | 2.543.727 | 1.530.359 |

NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do banco estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

| Carteira Própria: | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|---|----------------------------|----------------------------|
| LFT | 12.366 | 15.583 |
| Cotas de Fundos | 18.703.524 | 13.910.613 |
| | | |
| Total | 18.715.890 | 13.926.196 |
| Vinculados a Prestação de Garantias | | |
| Ações de Companhias Abertas <i>(Nota 8.a)</i> | 25.772 | 26.133 |
| | | |
| Total | 25.772 | 26.133 |
| | | |
| Total Geral | 18.741.662 | 13.952.329 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 8.a – VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Estão representadas por garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, para o Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 20.b – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

O Banco Clássico era titular 1.121.844 ações ordinárias da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, bloqueadas em razão da garantia oferecida nos autos do processo nº 0070119-89.2015.4.02.5101 na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do rio de Janeiro. Porém, em 16 de setembro de 2019, essas ações foram alienadas pelo custodiante, sem a autorização ou ciência do Banco, para atendimento de ofício que requeria o depósito judicial correspondentes aos frutos e bonificações dessas ações penhoradas. Como consequência, o Banco Clássico notificou o custodiante para que as referidas ações fossem devolvidas a sua custódia. Até a aprovação das presentes demonstrações contábeis as ações ainda não haviam sido restituídas ao Banco.

NOTA 9 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 as reservas em moeda nacional mantidas pelo Banco Clássico no Banco Central do Brasil estão demonstradas abaixo.

| Reservas Compulsórias | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Valores em Espécie no Banco Central | 5 | 5 |
| Total | 5 | 5 |

NOTA 10 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram operações de crédito.

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Estão representados substancialmente pela Interposição de recursos Fiscais.

| Rendas a receber | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Cias Abertas | 119.236 | 5.029 |
| Total | 119.236 | 5.029 |
| Diversos | | |
| Adiantamento de Salário | 20 | 42 |
| Interposição de Recursos Fiscais (Nota 11.a) | 106.429 | 106.429 |
| Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios | 300 | 300 |
| Impostos a compensar | 3.454 | 1.933 |
| Total | 110.203 | 108.704 |
| Total Geral | 229.439 | 113.733 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 11.a – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS FISCAIS

O saldo está representado por dividendos da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3, depositados judicialmente pela companhia e pelo resultado da venda das ações mencionada na nota explicativa 8.a, em cumprimento a determinação judicial, como garantia para Processo de Execução Fiscal divulgado na Nota Explicativa 17 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

NOTA 12 – ATIVO PERMANENTE

NOTA 12.a – INVESTIMENTO

Investimento em ações da EGIE com uma participação inferior a 10% do capital social da companhia, a administração, em atendimento às normas em vigor, registrou o valor de custo dessas ações no Ativo Permanente, Investimento no País – Outros Investimentos, pelo valor de R\$339.712 mil em 2022 (R\$339.879 mil em 2021).

NOTA 12.b – IMOBILIZADO DE USO

Os bens que constituem o permanente do Banco apresentam-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

| Imobilizado de Uso | 2021 | Adições | Baixas | 2022 |
|------------------------------|------------|------------|-------------|------------|
| Imóveis de Uso | 670 | 140 | | 810 |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 16 | | | 16 |
| Sistema de Comunicação | 14 | | | 14 |
| Processamento de Dados | 150 | | | 150 |
| (-) Depreciação | (357) | | (29) | (386) |
| Total | 493 | 140 | (29) | 604 |

NOTA 13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 2022 e 2021.

NOTA 14 – DEPÓSITOS A VISTA

| Depósitos não Remunerados | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Pessoas jurídicas | 116 | 122 |
| Instituições financeiras | 55 | 37 |
| Total | 171 | 159 |

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 o Banco Clássico operou com recompras a liquidar com títulos públicos, conforme abaixo:

| Recompras a Liquidar | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| LTN | 1.964.194 | 1.496.342 |
| NTN | 552.094 | - |
| Total | 2.516.288 | 1.496.342 |

NOTA 16 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

| Títulos | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|---|----------------------------|----------------------------|
| Arrecadação Tributos e Assemelhados | | |
| Sociais e Estatutárias: | | |
| Juros s/Capital Próprio a Pagar | 8.500 | 7.650 |
| Total | 8.500 | 7.650 |
| Fiscais e Previdenciárias: | | |
| Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social | 50.187 | 49.994 |
| Impostos e Contribuições a Recolher | 1.462 | 1.854 |
| Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido | 6.518.270 | 4.417.814 |
| Total | 6.569.919 | 4.469.662 |
| Diversos: | | |
| Credores Diversos | 29 | 30 |
| Total | 29 | 30 |
| Total Geral | 6.578.448 | 4.477.342 |

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 17 - RECEITAS

As principais receitas estão assim distribuídas:

| | 2º SEMESTRE 2022 R\$ MIL | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|---|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Receitas Financeiras | | | |
| Rendas em Operações Compromissadas | 126.069 | 211.292 | 52.310 |
| Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa | 1.508 | 2.563 | 9.879 |
| Prejuízo/Despesa de Títulos de Renda Fixa | (6.586) | (7.148) | (1.828) |
| Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável | 1.429 | 1.428 | - |
| Despesas de Captação | (124.130) | 205.885 | (46.769) |
| Total | (1.710) | 2.340 | 13.592 |
| Receitas de Serviços Prestados | | | |
| Administração de Fundos | 124 | 238 | 205 |
| Outros Serviços | - | - | 3 |
| Total | 124 | 238 | 208 |
| Outras Receitas | | | |
| Dividendos | 103.616 | 220.820 | - |
| Juros sobre Capital Próprio | 19.662 | 19.661 | - |
| Outras ^(a) | | - | 142.575 |
| Total | 123.278 | 240.481 | 142.575 |
| Total Geral | 121.692 | 243.059 | 156.375 |

^(a) Se refere a recuperação de despesas.

NOTA 18 - DESPESAS DE PESSOAL

| | 2º SEMESTRE 2022 R\$ MIL | 12.2022 R\$ MIL | 12.2021 R\$ MIL |
|---------------------------|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Honorários ^(a) | 60 | 120 | 120 |
| Benefícios | 134 | 234 | 194 |
| Encargos sociais | 165 | 307 | 261 |
| Proventos | 305 | 554 | 478 |
| Total | 664 | 1.215 | 1.053 |

^(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 19 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

| Outras Despesas Administrativas | 2º SEMESTRE 2022 R\$ MIL | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|--|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Despesas de água, energia e gás | 11 | 29 | 25 |
| Despesas de aluguéis | 84 | 168 | 168 |
| Despesas de comunicações | 203 | 398 | 393 |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | 2 | 31 | 28 |
| Despesas de material | 8 | 14 | 26 |
| Despesas de processamento de dados | 444 | 846 | 682 |
| Despesas de publicações | 5 | 12 | 12 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 302 | 564 | 412 |
| Despesas de serviços técnicos especializados | 1.810 | 3.990 | 3.455 |
| Despesas de transporte | 5 | 13 | 14 |
| Despesas de viagem | 14 | 41 | 39 |
| Despesas de depreciação | 21 | 42 | 45 |
| Outras Despesas Administrativas | 148 | 371 | 292 |
| Total | 3.057 | 6.519 | 5.591 |

| Tributárias | 2º SEMESTRE 2022 R\$ MIL | 12.2022 R\$ Mil | 12.2021 R\$ Mil |
|--------------------|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Tributárias | 37 | 77 | 57 |
| Iss | 1 | 2 | 3 |
| Cofins | 200 | 384 | 628 |
| PIS | 32 | 62 | 102 |
| Total | 270 | 525 | 790 |

NOTA 20 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

| | 12.2022 R\$ Mil | | 12.2021 R\$ Mil | |
|--|------------------------|-------------|------------------------|-------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Lucro antes dos impostos e participações | 233.061 | 233.061 | 148.840 | 148.840 |
| Adições: Diferenças permanentes | - | - | - | - |
| Exclusões: Diferenças permanentes | (230.819) | (230.819) | (145.659) | (145.659) |
| Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social antes das Compensações das bases negativas | 2.242 | 2.242 | 3.181 | 3.181 |
| Compensação de Base Negativa de períodos anteriores | (671) | (671) | (954) | (954) |
| Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social | 1.571 | 1.571 | 2.227 | 2.227 |
| Alíquota nominal | 15% | 21% | 15% | 25% |

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

| | 12.2022 R\$ Mil | | 12.2021 R\$ Mil | |
|--|-----------------|--------------|-----------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | (236) | (330) | (334) | (557) |
| Base de cálculo para imposto adicional/diferencial | 1.320 | - | 1.990 | - |
| Alíquota nominal/diferencial | 10% | - | 10% | - |
| Imposto de renda adicional e contribuição social diferencial | (132) | - | (199) | - |
| Imposto de renda e contribuição social | (368) | (330) | (533) | (557) |

NOTA 21 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco Clássico S/A figura no polo passivo de contingências fiscais no âmbito da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os quais o Banco julga a probabilidade de perdas como remotas ou possíveis.

Para os processos de execução fiscal, o Banco apresentou garantias constituídas através de ações da ENGIE Brasil Energia S.A – EGIE3 (nota explicativa 8.a) e dividendos dessas ações (nota explicativa 11.a), as quais estão destacadas nas demonstrações contábeis nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários – Vinculados à prestação de Garantias e Diversos – Interposição de Recursos Fiscais, respectivamente. Sendo assim representados:

| Nota | Descrição | Principal em discussão em 31.12.2021 | Principal em discussão em 31.12.2022 | Atualizado até 31.12.2022 |
|------|---|--------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| 21.a | Processos Administrativos | R\$ 17.070 mil | R\$ 18.846 mil | 18.846 |
| - | Processos de Execução Fiscal | | | |
| 21.b | Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 10.a | R\$ 25.198 mil | R\$ 27.807 mil | 156.555 |
| 21.c | Processos de Execução Fiscal – Garantia conforme NE 7.a | | | |
| 21.d | Processos de Execução Fiscal – Garantia pendente de homologação | R\$ 34.647 mil | R\$ 33.158 mil | 153.114 |

Não foram constituídas provisões para contingências fiscais no exercício de 2022 e 2021.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Durante o exercício de 2022 foram aprovados pelo Banco Central do Brasil 2 aumentos de capital no montante de R\$139.067 mil e desta forma em 31 de dezembro de 2021 o Capital Social está subscrito e integralizado no valor de R\$4.458.035 mil (Quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTA 23 – PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas se referem às aplicações mantidas nos Fundos de Investimento administrados pelo próprio Banco Clássico S.A.

NOTA 24 – COMPLIANCE

- a) **Controles Internos** – o Banco Clássico S.A. ostenta os níveis de Governança adequados as suas operações, sendo instituição ética e sustentável, bem como em consonância com as regulamentações vigentes (Banco Central do Brasil – “BCB”, Conselho Monetário Nacional – “CMN” e Comissão de Valores Mobiliários – “CVM”).

O objetivo é de manter uma estrutura efetiva e em linha com as demandas regulatórias de modo auxiliar a instituição a atender seus objetivos de forma ética e em conformidade com a legislação que rege a matéria.

- b) **Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacionais** - o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (“CMN”) e atualizações, que define como risco operacional da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.

O Banco Clássico S.A. mantém controle detalhado na intranet, que visa apurar as origens das ocorrências, apontando os eventos, os impactos, as ações de contingências, entre outros.

- c) **Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado** - o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (“CMN”) e atualizações, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações.

A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos.

- d) **Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito** - o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 (“CMN”) e atualizações, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Todos os processos são formalizados através de controles, bem como a emissão de relatórios periódicos, o que possibilita monitorar o limite preestabelecidos nas aprovações.

- e) **Risco de Liquidez** - o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico S.A., mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução nº 4.557/17 ("CMN") e atualizações, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, corrente e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Banco Clássico S.A. mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecidos pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

- f) **Gerenciamento de Capital** – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico S.A. é estruturado em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 ("CMN") e atualizações. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

A avaliação da suficiência de capital é realizada para garantir que a Organização mantenha níveis adequados de capital para suportar e apoiar o desenvolvimento das suas atividades e fazer frente aos riscos incorridos, considerando os objetivos estratégicos definidos.

- g) **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PR SAC")** – A PR SAC do Banco Clássico S.A. (Resolução nº 4.945/21, "CMN") é alinhada com o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição, e compatível com a natureza da instituição e com as complexidades de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

- h) **Ouvidoria** dispõe de diretor responsável pela área e um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada em conformidade com as resoluções editadas pelo Banco Central do Brasil.

No segundo semestre de 2021 foram elaborados relatórios que contempla o acompanhamento das demandas, e no período não foram apontados nenhum registro.

- i) **Comitê de Auditoria** - O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento a Diretoria, atualmente composto por três membros, sendo suas atividades definidas pela Resolução "CMN" nº 4.910/2021 e demais legislação vigente, além atribuições definidas pelo Estatuto Social do Banco Clássico S.A., e por seu regimento interno.

Sua atuação abrange o Conglomerado Prudencial do Banco Clássico S.A., e possui, dentre suas competências, revisar previamente à publicação das demonstrações financeiras semestrais; avaliar a efetividade da auditoria independente e interna; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 25 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Limites operacionais (Acordo de Basileia)

O limite operacional foi definido pelo Comitê de Basileia, que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE).

No Brasil, a relação mínima exigida é dada pelo fator F, que de acordo com a Resolução Bacen nº 4.193, de 01 de outubro de 2013, para as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito, deve ser de:

- 9,875% de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016;
- 9,250% de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;
- 8,625% de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018;
- 8,000% a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2022 é de 42,35% (2021 41,90%).

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE

Durante os exercícios findos em 2022 e 2021 todas as operações da Companhia foram pertinentes e de acordo com seu objeto principal, como prestação de serviços e operações com títulos, desta forma todo o resultado destas datas-bases são classificadas como recorrentes.

NOTA 27 – PLANO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL (RESUMO EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO CMN N° 4.966)

Objetivando o alinhamento aos padrões internacionais, especificamente em relação ao pronunciamento IFRS 9 – *Financial Instruments*, a partir de 01 de janeiro de 2025 entrará em vigor a Resolução nº 4.966, editada pelo Conselho Monetário Nacional em 25 de novembro de 2021, alterando os conceitos e critérios contábeis para: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito e créditos a liberar; iii) contabilidade de hedge; e iv) divulgação de informações sobre instrumentos financeiros.

A classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros passará a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão desses ativos e as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em vez das características individuais de cada instrumento e da intenção de negociar, conforme atualmente regulamentado pela Circular BC nº 3.068/01.

A regulamentação vigente prevê o provisionamento de perdas sobre operações de crédito, instrumentos com características de crédito, arrendamento mercantil e garantias. A partir da entrada em vigor da nova regulamentação, haverá a ampliação do escopo dos instrumentos financeiros sujeitos à constituição de provisão para perdas e estarão sujeitos ao provisionamento para perdas associadas ao risco de créditos todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários, às garantias prestadas e os compromissos de crédito, não reconhecidas nas contas contábeis (*off-balance sheet*).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Com a revogação da Resolução nº 2.682/99, haverá uma alteração significativa na constituição de provisão para perdas de crédito, passando a ser realizada com base em modelo de perdas esperadas. A provisão será mensurada de acordo com a probabilidade de inadimplemento e a expectativa de recuperação do instrumento, avaliando-se as condições econômicas correntes e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento e o valor de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento durante o seu prazo esperado.

Em atendimento ao disposto no art. 76 da Resolução nº 4.966/21, o Banco Clássico manterá o acompanhamento e monitoramento de novos normativos e informativos que venham a ser divulgados pelo órgão regulador no decorrer do exercício de 2023, para um maior detalhamento e direcionamento das obrigações legais, e juntos com nossos colaboradores, parceiros e fornecedores, efetuiremos as devidas adaptações, conforme necessário.

NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que requerem divulgações nas demonstrações contábeis.